



O enquadramento do sujeito nas páginas das Gerais¹

Leidiane Vieira dos Reis²

Marta Maia³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre a forma como o jornalismo, embasado em um discurso construído ao longo de sua existência, enquadra o sujeito *comum* em sua narrativa. Para isso, efetuou-se uma pesquisa sobre como esse sujeito, enquanto fonte, é representado nas matérias de *interesse humano* publicadas no caderno “Gerais” do jornal “Estado de Minas” ao longo do mês de junho de 2011. A categorização do *corpus* de análise deste trabalho toma por referencial teórico estudos sobre o enquadramento, narrativa e a construção do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; enquadramento; narrativa; sujeito.

Introdução

A chegada do século XXI despontou no horizonte com novas e revolucionárias perspectivas, devido à intensificação do avanço tecnológico a globalização entrou em processo de pleno desenvolvimento. Com isso, a humanidade ingressou em um estágio intenso de transformação em velocidade maior que em qualquer outro momento na história, acarretando impactos de grande dimensão. A partir de então, as distâncias passaram a ser estreitadas, possibilitando o contato entre pessoas de diversas localidades, de forma que se instaurou um grande intercâmbio entre as mais diferentes culturas.

Levando-se em consideração que cada pessoa carrega, além de características pessoais, traços culturais específicos, esse contato potencializa a reavaliação acerca dos

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação do 8º semestre do curso de Jornalismo da UFOP, e-mail: leidianevieira.reis@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da UFOP, e-mail: marta@martamaia.pro.br



valores que cada participante dessa relação traz consigo. Como afirmam Berger e Luckmann, “o pluralismo moderno leva um enorme relativismo dos sistemas de valores e da interpretação. Em outras palavras: os antigos sistemas de valores e de interpretação são ‘desanonizados’.” (2004, p. 50).

Esse pluralismo a que se referem os autores pode ser um dos fatores responsáveis por desencadear as mudanças substanciais que se percebe delinear na dialética sociedade-indivíduo. Inúmeros pesquisadores têm se lançado a discussão acerca das reais conseqüências de tal movimento trazido pela globalização. No entanto, ainda não se pode gerar afirmações mais seguras acerca do fenômeno, posto que ele está em intenso processo de constituição, tornando-se inviável olhá-lo de fora.

Apesar disso, é inegável o fato de que está ocorrendo uma alteração na forma como as identidades são forjadas dentro de cada território nacional, além disso, noções como pertencimento e reconhecimento já não apresentam o significado que traziam consigo desde a constituição dos Estados Nacionais. Estão se descortinando novas formas de se viver em sociedade. As instituições que até então eram responsáveis por garantir a coesão social, tais como o Estado e a Igreja já não têm a mesma legitimidade.

Como conseqüência dessa realidade “convicções tornam-se questão de gosto. Preceitos tornam-se sugestões” (Idem, p. 60). Diante de um mundo tão plural, há pessoas que se sentem em condição confortável, mas a maioria torna-se insegura e confusa, como atestam Berger e Luckmann (2004). Com todo esse abalo no sentido social, os meios de comunicação passam a ocupar posição ainda mais central na sociedade enquanto instituição de orientação de sentido. Ainda fazendo referência aos autores citados: os meios de comunicação “desempenham uma papel chave na orientação moderna de sentido, ou melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual” (Idem, p. 68).

Neste ponto, faz-se importante esclarecer que os meios de comunicação ocupam esse papel desde seu surgimento. O jornal seja ele impresso ou veiculado por qualquer outro meio, constitui uma instituição a partir da qual as pessoas se reconhecem enquanto parte de um tecido social. Ele é mais um dos meios através do qual o ser humano se sente em relação com outros e percebe suas ações enquanto “normais”, inseridas e compartilhadas por diversos outros de seus semelhantes.

Certo é que as relações cotidianas também têm grande parcela de contribuição nesse processo de instituição da alteridade que confere sentido a vida das pessoas. Mas, também essas relações são influenciadas pelo que é veiculado nos meios de



comunicação. Como descrevem Antunes e Vaz “a mídia é um lugar de experiência e ao mesmo tempo um lugar que interpreta a experiência. Fala da experiência do mundo, mas faz parte dessa mesma experiência” (2006 p. 551).

Ao discorrer sobre como a mídia se tornou indispensável, Roger Silverstone afirma que “nossas vidas são administráveis na medida em que existe um mínimo de ordem, suficiente para fornecer o tipo de seguridade que nos permite atravessar o dia” (2002, p. 31). O autor também pontua que “passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins (...) de conforto e segurança, para ver sentido nas continuidades da experiência” (Idem, p. 12). Tais colocações feitas por Silverstone evidenciam como a mídia, no geral, e mais especificamente o jornalismo é um espaço a partir do qual se confere sentido às ações cotidianas ou se contém o sentido daquelas que rompem com a “normalidade” do dia-a-dia corriqueiro. De acordo com Silverstone,

Mesmo o excepcional, o evento ou a catástrofe, os momentos únicos e transcendentes da cultura contemporânea são emoldurados e exibidos por formas familiares, que refreiam a perturbação que possam causar e os domesticam ao mesmo tempo em que os exploram ou os sensacionalizam (idem, p.61).

Para se inserir os fatos em molduras a que se refere o autor, faz-se uso do enquadramento. Na definição de Gitlin, um dos precursores dos estudos sobre essa temática, “enquadramentos são padrões persistentes de interpretação através dos quais os manipuladores de símbolos organizam discursos de forma rotineira” (GITLIN apud PORTO, 2001, p. 12). Dessa forma, o discurso jornalístico tende a se encaixar em certos parâmetros que firmam rotineiramente sua legitimidade perante o receptor. Silverstone fazendo referência a Jonathan Culler (1975) afirma que para que um texto afirme um certo tipo de familiaridade, ajustando-se as expectativas dos leitores, oferecendo um mundo compartilhado, faz-se necessário a alegação de estar representando o mundo real; algo simples, coerente e verdadeiro (Idem, p. 87).

Para fins de se perceber na prática como as premissas, apresentadas anteriormente, acerca do que caracterizaria o discurso jornalístico da atualidade se fazem presentes no jornalismo, especificamente no impresso, este trabalho pauta-se em uma análise feita sobre o caderno “Gerais” do jornal *Estado de Minas*. Foram selecionadas as edições publicadas pelo periódico no mês de junho de 2011, tomando-se como referência os estudos sobre o enquadramento.

O jornalismo e a infundável busca pela objetividade



A questão da objetividade no jornalismo remete a indagação um tanto mais filosófica acerca do que seja a verdade. Patrick Charaudeau afirma que “o homem tem necessidade de basear sua relação com o mundo num ‘crer ser verdade’” (2006, p. 48). Como tal enunciado sugere, o que é aceito como verdade na sociedade se trata muito mais de uma questão de crença do que de auto-evidência, ainda mais na modernidade quando se percebe o desaparecimento da própria crença na auto-evidência (BERGER, LUCKMANN, Idem).

Dessa forma, o discurso jornalístico busca preservar o efeito de verdade. Como atesta Charaudeau, esse efeito não existe fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial. Com isso, o que está em causa não é a busca pela verdade em si, mas a busca pela ‘credibilidade’ (2006). Através de rituais que servem à preservação dessa credibilidade, as empresas jornalísticas se empenham em conservar seu lugar enquanto espaço de manutenção e contenção de sentido em um mundo cada vez mais complexo.

Diversos são os dispositivos de que o discurso jornalístico se vale para proteger sua própria credibilidade, talvez o mais polêmico deles seja a objetividade. A ideia de que o jornalismo deveria ser um espelho da realidade é consequência do pensamento predominante no contexto social em que ela surgiu. No século XIX, quando se configurou essa proposição, o positivismo era reinante.

Todo o esforço intelectual dessa época tinha por objetivo alcançar a perfeição do novo invento que fora criado e possibilitava a “reprodução” da realidade: a máquina fotográfica (TRAQUINA, 2005, p. 51). “A invenção da máquina fotográfica iria (...) inspirar jornalistas no seu objetivo de ser as “lentes” da sociedade”, afirma Nelson Traquina (Idem, p. 38). Para o autor, essa configuração que surgiu em relação à apreensão do que seria o jornalismo a partir de então teria inaugurado o que ele caracteriza como sendo um “Novo Jornalismo” (Idem, p. 50).

Essa tendência se iniciou nos Estados Unidos e posteriormente foi sendo aderida por outros países como Inglaterra e França, embora neste último o processo tenha se dado de maneira mais lenta. Posteriormente o jornalismo desenvolvido no Brasil também adotou essa postura. O fato é que, como descreve Traquina, “o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem suas raízes no século XIX” (Idem, p. 34).



Com a ditadura da objetividade, faz-se necessário manter estratégias que provocam o surgimento da verossimilhança, tão idolatrada no cenário inaugurado a partir do positivismo de século XIX. A premissa de que o texto jornalístico seria a representação do real aliada à expectativa de que ele dê conta de encadear os fragmentos dos fatos de maneira coerente e linear fez com que esse campo passasse a se submeter a uma série de rituais que acabam por encerrar o texto jornalístico em uma espécie de cela que limita as possibilidades de construção da narrativa. Tal restrição pode fazer com os textos fiquem, em certa medida, padronizados, estáticos ou até mesmo amorfos.

Nas palavras de Mouillaud “o cenário da vida privada, assim como aquele da vida pública, são, em sua maioria, pré-construídos. Os jornalistas trabalham com baterias de informações já preparadas” (2002, p. 43). Assim, o discurso jornalístico se insere em uma espécie de forma que o torna familiar ao público. Com isso, a manutenção da compreensão e confiança por parte de receptor é, na medida do possível, preservada.

O enquadramento do sujeito nas matérias de interesse humano

A análise que consta a seguir tem por objetivo avaliar como as fontes citadas nas matérias publicadas no mês de junho no caderno “Gerais” do jornal *Estado de Minas* são enquadradas dentro da narrativa construída pelos jornalistas. Com o intuito de realizar uma investigação mais aprofundada sobre como o sujeito é inserido nesses textos, efetuou-se a seleção das matérias que apresentam “enquadramento de interesse humano”. Como critério de avaliação para esse empreendimento valeu-se da designação feita por Mauro Porto que define - a partir da colocação feita por diversos outros autores - como matérias de interesse humano aquelas que focalizam indivíduos e levam à personalização da cobertura da mídia.

Concluída essa etapa, as matérias foram divididas em dois tópicos diversos: matérias de perfil - aquelas que focalizam na personagem em si, sem que a mesma esteja de alguma forma ligada a algum acontecimento jornalístico em específico; e matérias temáticas - aquelas que abrem espaço para a história de vida das personagens a partir de algum acontecimento que esteja sendo considerado pelas matérias em que estão inseridas. A tabela abaixo apresenta o título das matérias elencadas em cada uma das categorias citadas.



Matérias de interesse humano	
Enquadramento de perfil	Enquadramento temático
<i>O jardineiro fiel</i>	<i>Guerra sem vencedores</i>
<i>Lições de esperança e vida</i>	<i>Mais de 40 anos de confrontos</i>
<i>Achava que a doença pegava</i>	
<i>Uma aula para o coração</i>	
<i>Mistura de sonho e vida</i>	
<i>Único luxo é comida caseira</i>	
<i>Liberdade para um futuro mais limpo</i>	
<i>As 11 décadas de Maria</i>	
<i>Amor de 80 anos renovado</i>	
<i>Pela luz dos meus olhos</i>	

Os dados revelam que de todas as matérias das edições do mês de junho apenas doze cederam maior espaço para os sujeitos que serviram como fonte de informação para o jornal. Além disso, como pode ser claramente notado, praticamente todas as matérias que apresentam enquadramento de interesse humano focam em um determinado personagem, sem promover ou partir de maior contextualização. As únicas duas matérias que contrariam essa tendência constituem reverberações de um mesmo acontecimento: a morte de um membro de torcida organizada.

Tais matérias têm como título “Guerra sem vencedores” e “Mais de 40 anos de confronto”. A reportagem especial parte de um acontecimento pontual para o histórico de ocorrências dos assassinatos cometidos devido à rivalidade entre torcedores em Minas Gerais. Para isso, são apresentadas diversas entrevistas concedidas por parentes de algumas das vítimas desses crimes. Os textos demonstram sensibilidade por parte do repórter para com a história dos entrevistados, como pode ser visto no trecho: “Terezinha também sente falta de cozinhar as batatas fritas e o tropeiro para aquele a quem chama filho. Sem conter as lágrimas, a senhora que oferecia o colo para o neto aconchegar-se está só.”

O que diferencia estas matérias das outras elencadas como matérias de perfil é que elas conciliam acontecimento jornalístico, um fato com valor notícia, e história de vida. As duas categorias abarcam matérias de interesse humano, porém, apresentam



abordagens diferenciadas. Enquanto as matérias que apresentam *enquadramento de perfil* focam nos personagens apenas, as matérias com *enquadramento temático* partem de um acontecimento e o contextualizam por meio do resgate histórico e da abertura para que os entrevistados abordem o tema de maneira mais pessoal.

As matérias com *enquadramento de perfil*, por sua vez, não se ligam a qualquer acontecimento jornalístico em específico. A matéria “O jardineiro fiel”, por exemplo, acaba por fazer referência à especulação imobiliária em BH por meio da história do personagem da matéria, como pode ser observado na descrição da matéria, que diz: “Homem de 84 anos resiste à especulação imobiliária em sua casa, no bairro Anchieta, doa mudas de plantas, fala com vizinhos por um transmissor improvisado e escreve poemas”. No entanto, apesar de tal referência à especulação imobiliária, a mesma não é abordada mais profundamente em qualquer parte da matéria. Pode-se concluir, assim, que o foco estava voltado apenas para o personagem e não para o fato que se encontra na base das atitudes tomadas pelo mesmo e que o leva a ver sua história estampada no jornal.

Em se tratando das matérias do caderno em sua totalidade, percebe-se que a maioria delas é de denúncia ou trata de assuntos ligados a serviço ou a violência urbana. Nestas matérias, especificamente, é pequeno o número de *pessoas comuns*¹ citadas; grande parte das fontes é institucional². Geralmente, a fala das fontes não institucionais é utilizada apenas como ilustração do que está sendo dito, procedimento típico encontrado nesta categoria de texto jornalístico. Em uma matéria que denuncia a falta de vigilância em restaurantes self-service, por exemplo, publicada pelo jornal no dia 3 de junho, a seguinte frase de uma fonte não institucional serve como ilustração do texto: “Na pressa, a gente acaba comendo muita bobagem da rua. É importante que a fiscalização examine a parte de dentro dos restaurantes, não só o lado de fora.”

¹O termo *pessoa comum* aqui apresentado faz referência a expressão *cidadão comum* cunhada por Meditsch (2006, p.30). O autor caracteriza esses cidadãos como “pessoas sem vínculo com quaisquer instituições e sem especificações, que podem ser substituídas por outras sem prejuízo para a matéria jornalística.”

²A fonte institucional caracteriza-se por representar alguma instituição social legítima, tais como políticos, dirigentes e industriais (HALL *et al.*, 1993).



Além das categorias de matéria já citadas, o caderno apresenta também, frequentemente, coberturas que têm como temática segurança pública, legislação e eventos públicos. Partindo-se de uma visão mais geral, percebe-se que as pessoas comuns têm maior espaço apenas nas poucas matérias que tratam de dramas da vida cotidiana, e esse tipo de texto raramente pode ser encontrado ao longo das páginas das “Gerais”. Encaixa-se neste tipo de abordagem a reportagem intitulada “Lições de esperança e vida”, publicada no dia 19 de junho. Ao longo dela, foram publicados textos que retratam a dificuldade enfrentada por crianças e jovens mineiros com câncer. Percebe-se que nestes textos há espaço para que os personagens contribuam com depoimentos de nível mais pessoal.

Na matéria intitulada “Energia para chegar até os 100”, por exemplo, o entrevistado João Paulo, de cinco anos de idade comenta: “Tomei remédio e o cabelo caiu. Meu tio disse que, para minha cabeça ficar igual a uma bola de boliche só faltam os furinhos”. Nota-se, assim, que as matérias desta reportagem abrem espaço para que os personagens e seus familiares descrevam o drama que estão vivendo.

Além disso, percebe-se que mesmo as partes em que o próprio repórter descreve a situação dessas pessoas, há bastante sensibilidade por parte do mesmo, como pode ser notado na frase: “João Paulo completou 5 anos na semana passada, com direito a bolo, decoração do Ben 10, sucesso entre a meninada e uma infinidade de sonhos.” Em outra matéria, intitulada “Achavam que a doença pegava”, o jornal cede espaço até mesmo para a publicação de uma carta escrita pela personagem. Tal abertura por parte do jornal demonstra que o foco desta reportagem encontrava-se, de fato, em seus personagens.

Porém, este tipo de matéria não é recorrente ao longo do caderno “Gerais”. Excluindo-se as poucas reportagens que apresentam abordagens como a citada acima, o caderno não se volta para o cotidiano, mas sim para questões mais institucionais, que se referem a políticas públicas, por exemplo. Nestes casos, fala-se de falhas nessas políticas em termos mais objetivos, sem que os cidadãos afetados por elas tenham maior espaço para fazerem uma explanação acerca de como são prejudicados, pelo contrário, esses textos apresentam apenas frases soltas declaradas por essas pessoas.

Essa técnica pode ser vista na citação de declarações feitas por ciclistas e autônomos na matéria “BH pedala no vandalismo e no desleixo”, texto publicado no dia 28 de junho. “Há uns pedaços muito ruins para andar, com muitas poças. A manutenção aqui é rara.” É a única declaração de um dos entrevistados citada no texto. Vê-se que



neste tipo de matéria não há espaço para narrativas de cunho mais sensível. A fala dos entrevistados acaba por servir apenas como dispositivo para convencer ao leitor de que a matéria relata àquilo que de fato teria ocorrido. Esse procedimento caracteriza uma técnica utilizada pelo jornalismo na tentativa preservar a tão almejada objetividade.

Dessa forma, os personagens das matérias não têm amplo espaço no caderno, eles só aparecem, definitivamente, em poucas matérias onde a proposta é explorar histórias de vida. Grande parte das matérias se enquadra na denominação de serviços. Geralmente, tratam de temáticas relacionadas a obras públicas, acidentes, e denúncia de degradação do patrimônio público. Regularmente, a cobertura de acidentes de trânsito é bastante “seca”, pois apresenta textos que apenas descrevem os acontecimentos, sem contextualizá-los através do resgate de histórias de vida ou da abordagem de como esses eventos afetaram a vida daqueles que por eles foram atingidos mais diretamente. A matéria “Imperícia e cinco mortes”, publicada no dia 5 de junho, por exemplo, apresenta apenas fontes institucionais. Na única referência feita a fontes não institucionais estas não são identificadas, como pode ser percebido no trecho: “Testemunhas contaram que o condutor era inabilitado e apresentava sintomas de embriaguez.”

São recorrentes também as coberturas que têm como temática segurança pública, legislação e eventos públicos. Nesta última, há maior participação de pessoas comuns, porém elas apenas opinam sobre o que consideram a respeito do evento em questão ou descrevem a relação que mantém com o mesmo.

Sobre outra narrativa possível

Sabe-se que cada veículo de comunicação tem por alvo um determinado público, esse por sua vez, apesar de não ser totalmente homogêneo se encaixa em um padrão, por mais ínfimo que seja de semelhança. Certo é também que o jornal tomado como referência neste artigo, o Estado de Minas, não tem caráter popular, e, portanto, se volta muito mais para a classe alta e média. Sendo assim, as matérias do mesmo são construídas com vistas a cativar o interesse, preferencialmente, dessa parcela da população. A partir dessa constatação pode-se questionar: seria possível cativar a atenção do típico leitor do jornal Estado de Minas através da narração de histórias de vida de pessoas que vivem outras realidades que não a mesma deste público? Como atingir os mais diversos receptores com um mesmo periódico?



Nas palavras de Cremilda Medina, pesquisadora que defende de maneira fervorosa a constituição de uma nova narrativa que se volte para o humano, mais que para o fato em si, “pesa para o leitor de uma narrativa o grau de identificação com os anônimos e suas histórias de vida. De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano” (2003, p. 52).

A partir de um estudo realizado na Universidade de Brasília (UnB), a autora chega á conclusão de que o leitor prefere a “informação humanizada, vivida, exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis da aventura contemporânea” (Idem, p. 53). O texto humanizado tem potencial para atingir pessoas das mais diversas origens, já que enquanto mortais seres humanos todos estão sujeitos a enfrentar as mesmas experiências limítrofes. Como atesta Silverstone, “se formos estudar a mídia, teremos de encarar o papel do inconsciente na constituição, como também no questionamento da experiência” (2005, p. 30).

Como sugere esses autores, partindo-se do pressuposto de que todos os seres humanos estão imersos em uma atmosfera de risco constante, mesclar dentro das notícias fatos objetivados e histórias de vida pode tornar as matérias jornalísticas mais vívidas. Por mais diversos que possam ser o contexto de vida em que cada classe social está inserida sempre há condições que as iguala, mesmo que seja a do medo. Elas estão sempre passíveis de se identificarem de alguma forma.

A reportagem intitulada “Lições de esperança e vida”, pode ser tomada como exemplo de matéria que explora esse tipo de abordagem, pois ela apresenta uma temática passível de atingir a todos os seres humanos, sem distinção. Uma vez que o câncer é um drama que pode ser vivido por qualquer pessoa, independente da classe social a qual pertença.

Por certo, esses textos focalizam em histórias de vida e devem ser tomados como exemplos de matérias humanizadas. Conceito tão caro a pesquisadores que defendem uma narrativa jornalística mais voltada para o cotidiano, dentre os quais se encontra Cremilda Medina e Vera França. Mas a questão que se coloca então é: por que é tão ínfimo o número de matérias que cede maior espaço à vivência dos sujeitos tomados como personagens das narrativas? Seria o medo da perda da objetividade a causa de tal escassez de matérias humanizadas? Ou seria o imenso imediatismo que caracteriza a rotina das redações? Quanto a este último fator, Cremilda Medina pondera que, “a



neurose de produzir desemboca no *workaholismo*, que transforma a condição humana em mero fator de insumo econômico” (2003, p. 57).

A autora ainda questiona em outro texto,

como criar uma narrativa ao mesmo tempo sedutora e inusitada, se a estética está aprisionada a regras de uma razão instrumental que, por sua vez, não legitima a emoção como força motriz do ser humano? (2006, p. 70)

Seguindo-se por essa vertente, a emoção deixa de ser fonte apenas de promoção do sensacionalismo ou um fator que prejudicaria a objetividade do jornalismo e passa a ser o elo que ligaria a fonte do jornal, o jornalista e o leitor, através de um movimento de identificação e constituição de experiência. Essa experiência, por sua vez, se subdividiria em três instâncias diferentes: a do sujeito que vivenciou o acontecimento, daquele que o narra, e daquele que o apreende através do texto jornalístico. A experiência, a intriga construída pela narrativa que enquadra o fato em um dizer linear seria o fio condutor que interliga os três sujeitos imaginários imbricados nessa relação.

O jornal serviria como um mediador, mas certo é que não somente ele determina a construção da narrativa acerca do acontecimento, mas também aquelas pessoas que por ele são afetadas, e ainda o sujeito que o lê nas páginas do jornal. Ao longo de toda a rede de constituição de sentido, o fato vai sendo incorporado através de símbolos e apreensões diversas. Não há um controle acerca de como ele é interpretado em cada um desses patamares, mas é preciso que haja algo que proporcione liga a cada um desses pontos. Esse seria o lugar da emoção, do reconhecimento, da identificação.

O ser humano é um sujeito social e como tal necessita se reconhecer inserido em uma rede de contato com seus semelhantes. A emoção serve como uma espécie de cimento capaz de interligar diversas pessoas em uma cadeia de significado e troca de experiência. Portanto, é imprescindível que o jornalismo se valha deste composto, dessa cola, de forma a exercer um lugar de mediador neste processo de reconhecimento. É importante ressaltar que a emoção a que se refere aqui não seria aquela que busca dramatizar as cenas retratadas nos jornais, mas aquela que visa deixar transparecer o sentimento e não forçá-lo desmedidamente.

Alguns dos autores que se empenham em estudar os enquadramentos midiáticos criticam de forma comedida a dramatização de certos textos veiculados pela mídia, no entanto, esses autores centram-se em matérias relacionadas à política, e geralmente se referem a personalização na mídia, no sentido de focar em personagens públicos e não em indivíduos anônimos. Este não é caso deste artigo, o foco principal deste trabalho é



no sujeito *comum*, aquele que não tem sua vida coberta pelos holofotes midiáticos e que não se encontra em situação de visibilidade na sociedade em termos econômicos. Trata-se das pessoas que levam a vida de maneira simples, que não estão naturalmente em posição de visibilidade. Aquelas que, muitas vezes, constituem apenas sombras na mídia, mas são a grande maioria.

Considerações finais

A análise empreendida neste artigo evidencia como as matérias com “enquadramento de interesse humano”, publicados no caderno “Gerais” do jornal “Estado de Minas” tendem a efetuar uma separação entre o sujeito e contexto social em que ele está inserido. Dentre os textos avaliados, poucos apresentam uma abordagem conjunta e equilibradas sobre essas duas vertentes. Geralmente as coberturas se voltam de maneira quase extrema para apenas um desses dois pontos.

Dessa forma, por vezes, o *sujeito comum* que é afetado pelos acontecimentos relatados nas páginas do jornal acaba não tendo espaço suficiente no periódico para descrever sua experiência. Já em outras reportagens, que mais raramente podem ser encontradas, a história de vida desse sujeito é apresentada descolada do contexto em que ele vive, caracterizando as aqui nomeadas como matérias com *enquadramento de perfil*.

Percebe-se assim a criação de um dualismo entre o sujeito e a sociedade da qual ele faz parte. O que caracteriza um tipo de abordagem que simplifica além da conta a complexidade da realidade social. Uma vez que, como afirma Nobert Elias: “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social” (1994, p. 151). Devido a isso, “histórias ‘humanas’ fazem mais sentido quando lançam luz sobre situações coletivas, quando relatam o que há de universal no caso” (PEREIRA, 2006, p. 98).

Parece haver, dessa forma, a necessidade de que o discurso jornalístico apresente narrativas que conciliem de maneira mais equilibrada histórias de vida e contexto social. Para isso as matérias teriam que contemplar essas duas categorias de abordagem de maneira conjunta. Como demonstra a análise empreendida, a maioria das matérias aqui avaliadas não fazem essa ligação. Foi possível notar, ainda, que grande parte dos textos foca apenas no acontecimento, sem que as pessoas afetadas por ele tenham espaço suficiente no jornal.



Se por um lado, a análise destas matérias demonstram esse descolamento do singular com o geral, por outro, ainda é possível verificar exemplos como o da jornalista Eliane Brum, uma profissional que procura apresentar um trabalho que se diferencia dessa tendência. Em 2005 a jornalista escreveu para a revista *Época* o texto “Uma família no governo Lula”, nele a escritora parte da história de vida de uma *família comum*³ ao mesmo tempo em que aborda os pontos positivos e as contradições do Governo Lula. Dessa forma, Eliane Brum parte do particular para o universal, da história de vida para o contexto social e político. Na contramão da postura assumida pela jornalista “os *cidadãos comuns* e os pequenos grupos sem muita expressão dificilmente são contatados pelos jornalistas, que às vezes, nem mesmo sabem da sua existência” (MEDITSCH, 2006, p. 21). Quando estes aparecem, em geral, são enquadrados de maneira singular, fora dos contextos sociais.

³A expressão *família comum* remete a ideia de uma típica família brasileira que não ocupa papel de destaque na mídia ou no campo econômico.



Referência Bibliográfica

BERGER, Peter L, LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRANÇA, Vera e GUIMARÃES, César (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político**: a tribalização do mundo. 3ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MEDITSCH, Eduardo e SEGALA, Mariana. **Vozes do povo e vozes do poder**: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro. In: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC, Prisma.com. p. 16-42, 2006.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Sammus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrrel. **O Jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora UNB, 2002.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PORTO, M. **A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA**: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo. Cadernos do CEAM, Ano II, n. 6, 2001.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos de mídia e política**. In: RUBIM, A. A. C. (Org). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUF BA/ UNESP, 2004.



QUÉRÉ, L. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento.** Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2 Ed. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Muad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2 ed; 2005. p.33 – 73.

Outras fontes:

Jornal Estados de Minas

Dia 01 a 30 de junho de 2011.